

As divergências sobre os poderes do novo Congresso

por Valério Fabris
de Curitiba

O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, entende que o partido ainda não dispõe de uma posição formada sobre se o Congresso eleito em 1986-terá poderes constituintes. Apesar de a proposição encaminhada pelo governo considerar que deputados federais e senadores devem formar a Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães comentou no final da semana, em Curitiba, que dentro da Aliança Democrática há divergências de opiniões sobre o assunto.

A outra fórmula seria a escolha dos constituintes em novembro de 1986 por meio de votação separada, tese defendida, por exemplo, pelo governador do Paraná, José Richa. Ou seja, os postulantes, conforme entende Richa, poderiam candidatar-se exclusivamente como constituintes ou, simultaneamente, para as funções parlamentares. Ulysses Guimarães esclareceu que o tema precisará de um exaustivo debate.

Do mesmo modo, o presidente nacional do PMDB afirmou que a definição do prazo de desincompatibilização dos detentores de cargos executivos que se candidatem a constituintes necessita de um amplo debate no PMDB. O deputado federal Manoel Costa Jú-

nior (PMDB/MG) já encaminhou uma emenda constitucional estendendo o prazo de seis meses para um ano. Ulysses Guimarães argumentou que, pessoalmente, não se inclina pelo aumento ou redução do prazo, acatando o que o partido decidir.

Sobre críticas freqüentes levantadas contra a comissão provisória que redigirá uma proposta a ser levada à Assembléia Nacional Constituinte, o presidente nacional do PMDB ponderou que não tem um caráter impositivo. Em outras palavras, sublinhou que a Assembléia Nacional Constituinte pode, se assim o desejar, simplesmente ignorar o trabalho da comissão. Aduziu que a comissão havia sido imaginada pelo falecido presidente Tancredo Neves já com esse propósito de servir de subsídio para os constituintes.

Ele recorreu às reiteradas declarações do presidente Tancredo Neves para acentuar que o País tem de estar empenhado na solução dos seus problemas sócio-econômicos e na montagem da nova moldura institucional. Por isso, o deputado disse que não é recomendável revolver o passado para identificar e punir os torturadores, alegando que a anistia foi um gesto de grandeza de "todas as partes". E acrescentou: "Não nos move o propósito de revanchismo".